



combate socialista

CEDOC
FONS
VILADOT

O Plenário da CGTP deve aprovar 1 dia de Greve Nacional em defesa da Reforma Agrária dos CCTs e contra o decreto dos 15% !



A « LEI BARRETO » NÃO PASSARÁ !



B

Actualidade da Semana

NACIONAL

★ Será brevemente discutido em Conselho de Ministros o "Projecto Roque Lino", para a reestruturação da Imprensa. Este projecto propõe o despedimento de 2 200 trabalhadores dos 4 541 da Imprensa estatizada.

"Qualquer das decisões a tomar (em relação à Imprensa estatizada) implica a análise das respectivas consequências políticas, considerando que se trata de jornais que não têm hostilizado o Governo. Têm praticado uma informação honesta, objectiva e pluralista; se dirigem a espaços jornalísticos tidos como afectos ao Partido Socialista e a este Governo".

Brilhante ideia Sr. Roque Lino!...

★ Os onze trabalhadores que compõem a C.T. da EFACHE-INEL, foram despedidos pela Administração. As causas apresentadas seria que a C.T. não permitiria o regresso de saneados, mas também para poderem assim aplicar um plano exposto pela Administração ao Presidente da República e que diz ser necessário aumentar os chefes, despedir 200 operários e admitir pessoal a prazo, congelar contratos e retirar outras regalias existentes.

A "legalidade democrática" dá para tudo. Desde que seja atacar os direitos e as conquistas dos trabalhadores.



★ Outro ataque aos trabalhadores foi feito pelo M.A.I. ao despedir 33 trabalhadores cantoneiros de limpeza, por terem tido um papel importante na greve do lixo. Estes trabalhadores vêm assim atacados 2 direitos fundamentais, o direito ao trabalho e o direito à greve que a tã falada Constituição, que o Governo diz defender, consagra.

Assim, está prevista a formação de uma Comissão Unitária alargada a toda a CML, de apoio aos despedidos. Os deputados do PS, PCP e UDP, bem como os sindicatos, as federações e a CGTP devem também solidarizar-se com estes trabalhadores.



★ Por mais incrível que possa parecer, o deputado Jaime Gama, do PS, afirmou na televisão, no programa "Mosaico", que o seu partido não votaria contra (abster-se-ia) no Parlamento a uma proposta de Governo PPD/CDS.

Parece-nos que o deputado Jaime Gama já não faz diferença entre a política de direcção do PS e do actual Governo, e a dos partidos burgueses. Ao dizer que "não votaria contra", ele fez esta confissão aos milhares de telespectadores, e confirmou a política anti-democrática do Governo.

No entanto, temos que dizer ao Sr. Jaime Gama que se ele é hoje deputado e que se há hoje um Governo do PS e de Mário Soares foi porque os trabalhadores votaram no socialismo e acreditaram que o Ps seria capaz de os levar lá. Os trabalhadores nunca se enganaram nem nunca se abstiveram de lutar contra o PPD e o CDS, os partidos dos patrões.

★ Parte da actualidade estudantil neste momento têm sido os exames. Para um exemplo de como funciona a selectividade ideológica da burguesia, vejamos o ponto de Geografia do 7º ano. Numa das questões faz-se os alunos tomar posição face às "superpotências e à Europa dos nove" e ainda referir a situação actual do nosso país face a este grande agrupamento económico. Claro, como vão ser professores a ver os pontos e a classificá-los segundo as suas opções ideológicas, quem acha que a CEE não é um grande agrupamento económico tem a pergunta errada? Portanto todo o examinando que for contra a política do Governo em relação à CEE, poderá ser eliminado do ensino.

★ Segundo uma notícia vinda nos jornais, a PSP estaria a fazer um estágio na polícia política brasileira (DOPS). No entanto a PSP esclareceu que não tinham estabelecido qualquer contacto com a referida organização, esclarecendo que "o intercâmbio das duas polícias limitou-se a um estágio sobre a análise da informação na Escola Nacional de Informações do Serviço Nacional de Informações Brasileiro.

De qualquer modo de uma coisa estamos certos: seja o que for, a polícia brasileira só poderá "informar" a PSP da forma como assassina milhares de presos políticos e como reprime selvaticamente os trabalhadores e todos os anti-fascistas que ousam levantar-se contra o odioso regime de Geisel.

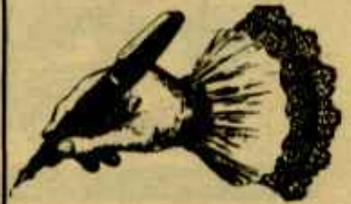


INTERNACIONAL

★ Tomou posse o novo governo espanhol que embora já se não ajoelhassem frente ao crucifixo como antigamente, fizeram juramento de lealdade ao Rei. Enfim, um governo minoritário sob a batuta de um Rei que ninguém elegeu e que tem certamente o repúdio das massas espanholas.

★ Um golpe militar do exército depôs Ali Shatto, 1º ministro despritrigiado e contra o qual começava a haver contestação e agitação política, para além de se ter provado que fez fraude eleitoral.

Perante este Governo corrupto, o exército deu o (contra-)golpe e impôs lei marcial e ilegalizou a oposição e proibiu todas as actividades políticas. É evidente que o exército, ao tomar estas medidas, não é de forma nenhuma o garante de que em Outubro próximo haja eleições livres.



CALINO

"A terra foi-nos dada por Deus"... - o ministro Barrete faz uma pausa. Os telespectadores abrem a boca de espanto (outros de sono) - "ou pela natureza" - conclui. Suspiros de alívio em todo o país (outros de enfado).

Afinal ele não tem a certeza - pensei. Antes isso. É que se ele chegava à conclusão de que a terra era de Deus, logo a seguir ia descobrir que Deus não a tinha dado, não senhor, que os comunistas é que a tinham expropriado e, vai daí, tinha que ser dada uma reserva ao antigo proprietário.

Então é que ia ser o bom e o bonito, rapaziada! Não se dá uma reserva qualquer a Deus, pois então, 70 000 pontos é pouco, não é verdade? Se calhar nem o distrito de Beja inteiro chegava!



Mas então, dava-se uma reserva a Deus e não ia nada para a família? O Espírito Santo não iria pedir também uma reserva? E os outros Santos todos, iam ficar a alhar?...

Não. Isto assim não pode ser. Um ministro com dúvidas deste género é perigoso. Estive a pensar e cheguei à conclusão que o melhor era a gente dar uma reserva ao senhor Barrete. Claro! Como é que não me lembrei disso há mais tempo? É isso mesmo que temos que fazer: mandar o Barrete para a reserva.

Não acham que é o mais seguro?

A crise do PS e a Fraternidade Operária

Cerca de 300 delegados das várias zonas do país, estiveram presentes no I Encontro Nacional da Fraternidade Operária. Kálicas Barreto e José Luis Gaspar, entre outros, representavam os dirigentes sindicais com maior prestígio dentro do PS. Participaram também alguns deputados, como Lopes Cardoso. Entre os convidados ao Encontro figuravam o major Melo Antunes, representante de uma ala política nas Forças Armadas e no Conselho da Revolução, bem como uma delegação bastante representativa da CGTP, e do PCP.

Assim, pelo grande relevo político que teve este encontro de militantes socialistas e pelo escasso espaço de que dispomos, no próximo CS faremos um artigo mais amplo sobre o projecto político e as alternativas que a Fraternidade Operária pretende desenvolver.

Neste número abordaremos as duas questões mais imediatas que os trabalhadores, as suas organizações sindicais e políticas e a própria Fraternidade Operária têm que responder: as leis da greve e da Reforma Agrária e o plano, que serão submetidas à Assembleia da República; e a continuação das lutas contra o patronato, o Barreto e o Gonalves, após a gigantesca manifestação de dia 22.

VOTAR CONTRA AS LEIS ANTI-OPERÁRIAS

"Estamos num período de refluxo, mas todos os dias se está a criar um consciência cada vez maior, uma resposta cada vez mais forte e unânime dos trabalhadores àquilo que são os ataques aos seus interesses e aos seus direitos."

Estas palavras de Lopes Cardoso, reflectem que a Fraternidade Operária tem consciência do ataque da burguesia às conquistas dos trabalhadores. E, um destes ataques será precisamente as leis que serão colocadas à discussão na A.R. esta semana.

Concerteza, muitos socialistas, trabalhadores e deputados, gostariam de saber qual será o voto e a alternativa da Fraternidade, pois, no Encontro Nacional não se falou nada sobre isso, pelo menos publicamente.

Seria importante que a Fraternidade divulgasse a sua posição para que os trabalhadores pudessem conhecê-la. Estes, que lutam contra a política de austeridade do governo e as suas tendências a Eanes, ao PPD e ao CDS, concerteza diriam aos deputados socialistas da Fraternidade Operária que votem contra todos os projectos de lei anti-operários e anti-populares, venham de onde vierem. Os trabalhadores socialistas, comunistas e da UDP, que elegeram os seus deputados, exigem concerteza a negação de qualquer lei que limite o limite o direito à greve e a continuação da Reforma Agrária,



que só favorecem os patrões e os latifundiários.

A UNIDADE E A DEMOCRACIA TÊM QUE ESTAR AO SERVIÇO DAS LUTAS

"É ainda igualmente verdade que a CGTP consegue hoje mobilizar as massas trabalhadoras, perante a ameaça das forças de direita e a degradação das condições de vida. A prova acabada disso foram o passado 19 de Maio e a Jornada do dia 22 de Junho. Todos os esforços devem continuar a ser desenvolvidos, no sentido de uma mais profunda democratização da CGTP, através, nomeadamente, do debate de todas as questões no seu seio.", diz a Fraternidade Operária.

Nós estamos de acordo com esta afirmação. E acrescentamos que os camaradas, por fazerem parte do Secretariado da CGTP, deveriam explicitar o que pensam sobre o ponto fulcral sobre o qual centenas e centenas de milhares de trabalhadores se manifestaram nas ruas: como prosseguir a luta pelos CCT, como derrotar o decreto dos 15%, como mandar para a rua o Barreto e o Gonalves.

A resposta a esta questão é decisiva. Sem ela, de nada valerá, ainda que seja correcto, falar sobre a unidade, a democracia e o direito de tendência na CGTP. Estas questões são inseparáveis.

Nós achamos que a melhor forma de responder a estas questões, é que a CGTP convoque um plenário dos Sindicatos, das Comissões de Trabalhadores e de todos os delegados sindicais para discutir e, democraticamente, aprovar um plano para continuar a luta.

É isso que os trabalhadores afirmaram, quando gritavam:

"A LUTA CONTINUA"

Os socialistas, todos os trabalhadores estão à espera.

Os camaradas da Fraternidade Operária ainda não se pronunciaram, mas é urgente fazê-lo.

QUARTE CAMPOS

Lei da Greve: mais uma que não nos serve!

Os votos reunidos do PS e do PCP aprovaram na generalidade a nova lei da greve. Contra, votaram Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira e a UDP. O PSD e o CDS abstiveram-se.

A sessão foi bastante movimentada. Sabendo que não poderiam fazer nada, uma vez que o PS e o PC votaram juntos, os PPDs e CDSs fizeram um grande alarido, lamuriando-se da aliança PS/PC.

Estas lamúrias são um bom indicativo; quando o PS e o PC votam juntos, os burgueses ficam de cara a banda, mais não podendo fazer do que lamentar-se.

Pena é que o PS e o PC não saibam aproveitar a maioria de que dispõem na Assembleia para votar leis que sirvam os trabalhadores que os lá colocaram.

Esta lei da greve não serve os trabalhadores, tanto que o PPD e o CDS, embora arreganhando a dentuça, não votaram contra, abstiveram-se.

UMA LEI QUE NÃO SERVE OS TRABALHADORES

O texto da lei aprovada, corresponde, mais virgula menos virgula, ao projecto que Mário Soares já tinha apresentado no ano passado e fora publicado no Diário da República de 14 de Outubro de 1976.

Limita o exercício do direito de greve aos sindicatos, os comités de greve não podem impedir os "furas" de romper as greves, tem que se avisar com antecedência, os dias de greve não são remunerados, existem limitações ao exercício do direito à greve para certos sectores e a Função Pública vai ser regida por estatuto especial, o governo pode determinar a requisição civil dos trabalhadores que infringirem qualquer uma

das (bastantes) normas que regulamentam e restringem o exercício do direito de greve.

Todos estes pontos formam esta lei inaceitável, dão-lhe um carácter anti-operário, embora haja parágrafos decentes como o que proíbe o "lock-out", por exemplo. O balanço geral é bem negativo.

É NECESSÁRIA OUTRA LEI

Quem votou esta lei foram os deputados socialistas e comunistas. Mas já vimos que ela não serve os trabalhadores, nem socialistas, nem comunistas, nem os outros.

Talvez tivesse sido diferente se a lei tivesse sido elaborada e discutida por todos nós, trabalhadores, nas nossas reuniões e Assembleias, nas nossas Comissões de Trabalhadores e sindicatos. Mas não. Apesar de termos sido nós, trabalhadores, que elegemos os deputados do PS e do PC, eles preferiram fazer, discutir e votar a lei sem nos ligar nenhuma.

Assim, como eles fizeram um mau trabalho, parece-nos que a nossa posição terá de ser a de recusar esta lei, exigir que seja incluído no caderno reivindicativo da luta a sua revogação, e que seja elaborada uma nova lei, sob proposta dos sindicatos e das Comissões de Trabalhadores, que seja discutida, e aprovada pelas nossas organizações de classe.

A greve foi um direito por nós conquistado e, se o queremos manter, temos que zelar bem por ele, temos que ser nós a decidir o que é e como é que é. Senão, qualquer dia, para fazer greve temos que pedir licença ao patrão com um ano de antecedência e pagar-lhe uma indemnização pelos dias em que não trabalhamos.

EM BEJA:

"A LUTA CONTINUA, BARRETO VÁ PARA A RUA!"



Tal como tínhamos anunciado no último número do CS, publicamos hoje a reportagem feita em Beja no dia 22.

Embora não tenha a virtude da actualidade, parece-nos importante dá-la a conhecer. Até porque a jornada de luta do dia 22, no que diz respeito à luta contra a lei do Barreto, não foi mais que o começo. Um bom começo, assinala-se.

C. L.

Faltavam ainda largos minutos para as seis da tarde, a hora da concentração.

Subindo as ruas de Beja, em direcção ao Largo do Mercado Velho começavam a chegar as primeiras UCPs. Traziam os cartazes ainda enrolados, as bandeiras vermelhas desfaldadas. Passavam conversando ou cantando e iam concentrar-se no Largo.

Agora eram já centenas, milhares talvez (ao todo estiveram perto de cinco mil).

Entretanto, chegava o Sindicato da Construção Civil. À frente um cartaz dizia: "operários do campo e da cidade, a mesma luta" e "contra o aumento do custo de vida, os ricos que apertem o cinto".

A multidão concentrada saudou-os de punho erguido e todos gritaram: "A luta continua, Barreto vá p'ra rua!"

OS CARTAZES

Todos os cartazes estavam agora abertos. Vários deles assinalavam os sectores presentes: trabalhadores revolucionários, mineiros de Aljustrel, construção civil de Beja, funcionários públicos, etc. Muitas bandeiras da GCTP-

Intersindical e cartazes, quase todos falando da "Lei Barreto": "Não às reservas! Não à GNR! A terra a quem a trabalha!" — lia-se num. Noutro: "A Lei Barreto não passará, A Reforma Agrária avançará!" Mais atrás

um que dizia "Abaixo a Lei Barreto. Reforma Agrária Sim, GNR Não!" Um pedaço de cartão pregado a um pau, e aí estava mais um cartaz. Segurava-o um trabalhador idoso e tinha, pintado a letras verdes, "Barreto fora do governo!" Quantos cartazes dizendo o mesmo não haverá hoje em todo o Alentejo — pensei. E em Lisboa no Porto, em S. João da Madeira, em Coimbra, em todo o país, não é só o Barreto. É também o Gonelha e o Cardia... todos para a rua.

"ABAIXO A LEI BARRETO",
"O BARRETO PARA A RUA".

lam começar as intervenções. Falou em primeiro lugar Fernando Guerreiro do Sindicato dos Mineiros de Aljustrel, "Os trabalhadores perdem a confiança no governo pois até agora nada cumpriu daquilo que prometeu" — afirmou a determinada altura. Mais à frente, uma referência ao Ministro do Trabalho provocou a risada geral:

... "o senhor Gonelha" — dizia — "o senhor Gonelha"... — uma pausa como se tivesse atrapalhado e comentou — "o 'senhor' parece que está a mais"...

A sua intervenção foi fre-

quentemente interrompida (aliás todas o foram), pela gente que gritava: "A luta continua, Barreto vá para a rua". Esta seria a palavra de ordem mais gritada por todos os manifestantes, ao longo das várias intervenções.

A seguir foi a vez de Francisco Chaveiro, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Leu com dificuldade um papel em que se falava dos desocupações, das agressões da GNR, do desemprego que a "Lei Barreto" iria provocar. De vez em quando parava, pois não compreendia bem o que dizia o papel e alguns começaram a impacientar-se.

No fim, porém, Chaveiro pões de lado os papéis, e, pedindo desculpa da sua má cultura, falou (e falou bem), dizendo da alegria e do enervamento que lhe tinha causado ver tanta gente, de tantos lados, organizados e lutando em defesa das suas conquistas. Terminou gritando "Abaixo a lei Bar-

reto!", no que foi acompanhado por todos.

A terminar falou o representante da Intersindical, que leu a mensagem desta a todos os trabalhadores do país e foram aprovadas moções em defesa da Reforma Agrária e contra a "lei Barreto".

TEMOS QUE SER TODOS CONTRA O BARRETO

Foi nesta parte final, da apresentação e aprovação das moções, que se deu o único incidente a destoar do clima de unidade e combatividade que caracterizou a jornada.

O Sindicato da Construção Civil tinha apresentado uma moção pela libertação imediata do estudante Rui Gomes. A mesa impediu que esta moção fosse votada alegando que tinha entrada fora de horas. Perante isso, o sector da UDP começou a gritar exigindo a leitura da moção. A mesa respondeu, valendo-se da palavra de ordem que mais empolgava a assistência, para abafar as vozes dos que reclamavam: "Abaixo a lei Barreto". E a gente dividiu-se

entre os que gritavam pela moção e os que gritavam "Abaixo a lei Barreto".

É este, cremos, um bom exemplo de algo que nunca mais devemos fazer. Impedindo a moção de ser lida, a mesa originou um incidente que, além de ter demorado muito mais tempo do que aquele que se gastaria para ler e aprovar, não uma mas várias moções, rompeu com o verdadeiro exemplo de unidade na luta que todos estavam a dar. No final, não pudemos todos gritar juntos e com força contra a lei do Barreto, já que uns estavam a exigir a moção e mesmo os que gritavam "Abaixo a lei Barreto" faziam-no menos contra o Barreto e mais para abafar as vozes dos outros.



CAMARADAS:

Para vencer o Barreto e a reacção é necessário que estejamos todos unidos. Parece que nis-

so estamos todos de acordo. Pois então que nada nos divida daqui para a frente. Só isso garantirá

que o Barreto e o Portas vão mesmo para a rua e com eles as suas leis reacçãoárias.

Beja, 22 de Junho de 1977

Biblioteca de Comunicação
e Hemeroteca CESAR LIMA
CEDOC

NA "MARGEM ESQUERDA"

"Se entregamos as reservas ficam no desemprego entre 160 a 280 trabalhadores"

Sexta-feira, 24 de Junho, 15h e 30m. Dois dias após em todo o Alentejo, mais de 50 000 trabalhadores rurais, terem saído à rua, em luta contra o projecto-lei Barreto, estivemos em Serpa, nos escritórios da UCP-Margem Esquerda.

Entrámos e procurámos alguém da sua direcção.

— "Não está ninguém, estão quase todas no monte, nas ultimas da apanha do tomate, e as outras no Tramagal e só vêm lá para a noite" — respondeu-nos uma das empregadas de serviço.

Identificamo-nos, e logo a mesma empregada se prestou a dar-nos algumas informações da situação actual na UCP.



AS MEDIDAS DO BARRETO SÃO ANTI-OPERARIAS E SERVEM OS AGRÁRIOS

CS — A "Margem Esquerda" foi alvo há poucos dias num despacho do CRRA. Qual é o significado deste despacho?

R. — É verdade, ainda antes do projecto-lei Barreto, ser aprovado, já este despacho vem atacar as conquistas dos trabalhadores. O despacho, diz que devemos entregar, 16 reservas, que correspondem a mais de 100 000 pontos aos antigos agrários. As medidas do Barreto, são anti-operárias e servem os agrários.

Quando a reforma agrária, começou, eram os próprios agrá-

rios assustados que nos entregavam as terras, agora servem-se do governo, para as recuperar. Se entregarmos as terras, dos 552 trabalhadores, de 160 a 280, ficarão no desemprego, mas para além disso trará outros prejuízos: muitas dessas terras, deixarão de ser cultivadas, muitas eram coutadas de caça onde os agrários, se divertiam, e agora se calhar volta ao mesmo.

Estou a lembrar-me do caso da Lobata, que quando as terras e haveres foram devolvidas aos agrários, estes até o gado venderam.

estão contra o povo, ninguém os pode apoiar. E olhe que alguns, são tão pobres como nós, que nem se compreende, como possam fazer às vezes certas coisas.

perseguir de mata e sem qualquer tipo de objecto possível de ser identificado como arma, uma car-

rinha da GNR, com quatro guardas armados. Sem comentários...

NOTA do CS: Lembramo-nos dum trabalhador rural de Aljustrel, que encontramos, na manifestação do dia 22 em Beja, que nos mostrou o corpo repleto de mazelas. Foi espancado pela GNR; Acusação:

CS — Que regalias sociais, têm os trabalhadores da UCP?

R. — O governo não dá os subsídios necessários, o crédito não funciona e só em salários, saem 3 000 contos mensais.

No entanto, e apesar disso já fizemos alguma coisa.

Toda a gente, tem subsídio de transporte, sempre que necessita deslocar-se para algum ple-

nário ou alguma actividade sindical e por exemplo, no ano passado, conseguimos organizar uma colónia de férias, para que os filhos dos trabalhadores passassem uma temporada na praia.

Foi muito bom, mas este ano, com os ataques que o governo nos tem dirigido, com o perigo do desemprego, com certeza que já não vai ser possível.

DEPOIS DO DIA 22, FICAMOS TODOS MAIS CONFIANTE, E PRONTOS A LUTAR ATÉ O BARRETO CEDER.

CS — Qual é o ânimo dos trabalhadores, para lutar contra as medidas do governo?

R. — Nenhum trabalhador pode ficar satisfeito quando vê, que querem destruir todo o seu trabalho.

Por exemplo: Só no terreno de regadio desde que se formou a UCP, há mais 50 hectares cultivados.

Existe uma grande unidade entre todos os trabalhadores, não

só para defenderem o seu posto de trabalho, mas também para defenderem a Reforma Agrária, que não só aumentou a produção (e podemos prová-lo), como proporcionou o melhor nível de vida de todos os trabalhadores. Até trabalhavam de gosto!

Os agrários não são pessoas habituadas a trabalhar, nunca quiseram ajudar-nos ou integrar-se no nosso trabalho, alguns eram técnicos, mas nem a desempenhar esse trabalho quiseram ficar.

CS — A Jornada do dia 22, foi um passo importante na mobilização e luta dos trabalhadores rurais.

Os trabalhadores rurais da Margem Esquerda estiveram em Moura, não é assim?

R. — É verdade. E olhe aquilo foi uma coisa nunca vista. Só da Margem Esquerda, foram aí umas 1 000 pessoas em 50 reboques e 3 camionetas.

O número de pessoas que lá estava impressionou-me bastante, mas aquilo que mais me impressionou, foi lá ver pessoas, que antes

não vinham para a rua com a gente, que não se interessavam, muitos deles socialistas que estão descontentes com o governo e com o Barreto. Até lá encontrei um trabalhador já de idade, que ia a coxejar, porque tinha saído do hospital no dia anterior, MAS ESTAVA LÁ!

Estavam comunistas, socialistas, do MES, da UDP, mas a unidade fez ultrapassar as divergências partidárias. Depois do dia 22, ficamos todos mais confiantes, e prontos a lutar até o Barreto ceder!



Nós, do Combate Socialista também estamos certos que a LEI

BARRETO NÃO PASSARÁ e a REFORMA AGRÁRIA CONTINUARÁ

UAB
Associação de Comunicação
General
CEDOC

após a manifestação de dia 22

Que a CGTP convoque um Plenário de Sindicatos, CTs e delegados, para decidir a continuação da luta

Na gigantesca manifestação do dia 22, centenas de milhares de trabalhadores de todo o país demonstraram, nas ruas, a sua imensa força, a sua unidade, e a sua vontade de continuar a lutar até à vitória final pelos Contratos Colectivos, contra o aumento do custo de vida, pela defesa e continuação da Reforma Agrária e pelo afastamento de Barreto e Gonelha.

Foi uma resposta inequívoca às provocações do Ministro do Capital, o sr. Maldonado Gonelha, que foi falar à televisão na véspera da manifestação a dizer que aquilo era "obra de uma minoria". Se o sr. Gonelha ainda insistir com essa provocação, porque é que ele não convoca uma manifestação para sabermos quantos trabalhadores apoiariam a política anti-popular do Ministério do Trabalho?

A LUTA CONTINUA

Durante esta semana, vários sectores estão em luta.

Quatro mil trabalhadores do sector de moagens fizeram um dia de paralização, na 2ª feira, pois os patrões nem sequer aplicam a Portaria publicada em Março pelo Ministério.

Aliás, estes trabalhadores pertencem ao Sindicato dos Químicos, que exige, no mínimo, 22,1% de aumento salarial. Este índice, segundo a Comissão Negociadora Sindical, é a percentagem da aumento da produtividade do sector, no ano passado. É importante assinalar que esta percentagem mínima é também exigida por outros sindicatos.

Os têxteis já anunciaram uma jornada de luta no dia 13, com paralização de 24 horas, contra os 15% e pela negociação dos Contratos Colectivos.

Os trabalhadores do material eléctrico, os porteiros, bem como os da Função Pública estão a mobilizar-se, seja pelos Contratos, seja pelo aumento salarial.

Os da Sanimar, J. Pimenta estão em luta contra o regresso dos patrões, e os camaradas que compõe a C.T. da Efacec-Inel foram despedidas, como também 33 cantoneiros, mas resistem ao duplo ataque do Ministério do Trabalho e do patronato.

Na zona da Reforma Agrária, a luta "aquece" e os trabalhadores rurais já demonstraram, com a paralização no dia 22, que não estão dispostos a tolerar o Sr. Barreto e os latifundiários.

AS REIVINDICAÇÕES SÃO COMUNS

Portanto, não somente estes sectores, mas a imensa maioria dos trabalhadores está em luta. E as reivindicações são comuns:

- Contra o decreto dos 15% e contra o aumento do custo de vida;
- Pelo descongelamento dos CCTs;
- Pela defesa das nacionalizações, das empresas intervencionadas;
- Barreto e Gonelha para a rua.

Portanto, se a grandiosa manifestação da CGTP demonstrou a força da classe e a sua unidade para conseguir estes objectivos, agora, as centenas de milhares de manifestantes estão à espera de um plano, de uma decisão para continuarem a luta, todos em comum.

País, se assim não for, continuaremos como no passado: isoladamente, os têxteis, os padeiros, os cantoneiros de limpeza, etc. ... não conseguiram derrotar os patrões, apesar da sua combatividade e disposição de luta.

DIÁ 16: PLENÁRIO DA CGTP PARA PLANEAR A LUTA

Portanto, nesta situação, só há uma maneira de cumprir com a vontade manifestada por todos os trabalhadores de continuar a luta: no Plenário dos Sindicatos que a CGTP convocou para o próximo dia 16, é necessário discutir democraticamente e decidir as melhores formas de luta a seguir.

Pensamos que é necessário alargar este Plenário a todas as Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais, e após a discussão democrática, fazer com que a luta de todos os sindicatos, de todos os trabalhadores seja uma só, contra os patrões, e os seus agentes no Governo, o Gonelha e o Barreto.

E, a melhor forma de derrotá-los, se continuar a luta e de conquistarmos as nossas reivindicações é fazer aquilo que não se fez até ao momento: que a CGTP e todos os Sindicatos convoquem 1 dia de greve nacional pelos Contratos Colectivos; contra os 15%; pela defesa das nacionalizações e empresas intervencionadas; pela defesa da Reforma Agrária; pelo afastamento de Barreto e Gonelha.

F. Pública: Continua a luta pelo aumento salarial

Na última luta da Função Pública, em Fevereiro, pelo aumento salarial de 2 000 escudos para todos, pelo qual a direcção sindical ao ser eleita se comprometeu a lutar, acabou derrotada pela lei dos 15%.

Nessa altura o Sindicato abdicou de continuar a bater-se até ao fim, em troca de uma promessa de reajustamento salarial do Governo, quando da revisão do Orçamento Geral do Estado, em Junho.

Já estamos em Julho, e o que sucede é que o Governo agora faz depender a gestão do aumento salarial, da prévia elaboração de um Estatuto para os trabalhadores da Função Pública.

Basta!

Este é mais um truque para não nos conceder o aumento há muito exigido por todos nós. Tem

também um outro objectivo: com o Estatuto pretende o Governo retirar ainda mais à Função Pública os direitos que vêm restringindo a todos os trabalhadores (como a nefasta lei da Greve, a lei dos despedimentos, por exemplo).

TODOS À ASSEMBLEIA

Perante a actual situação, a nossa direcção sindical convocou uma Assembleia Geral para o 6ª feira, às 20 horas, no Pavilhão dos Desportos.

É importantíssimo que todos nós lá estejamos presentes para votarmos por um aumento salarial imediato, reafirmar a nossa recusa aos 15%.

Mas, na proposta que o Sindicato vai apresentar na Assembleia, a direcção fala em

apresentar em Outubro uma tabela salarial para negociar com o Governo. Esse aumento entraria em vigor somente em Janeiro de 1978.

Isto é uma coisa que não nos serve, porque é insuficiente. Não podemos arrastar até o próximo ano uma questão tão importante.

A nossa direcção sindical foi eleita com base num programa de luta pelos 2 000 escudos, pelos

quais os trabalhadores da Função Pública já se bateram nas ruas e em frente a São Bento.

Por isso, o Sindicato tem de assumir esta luta por um aumento salarial imediato.

É por isso que devemos estar na Assembleia e é por isso que nos temos que bater.

VERA SIMÕES

	Tabela Actual	Aumento concedido pelos 15%.
Presidência chefias		
Letra A	21 800\$00	3 000\$00
Escriturários		
Letra S	6 400\$00	1 000\$00
Contínuos		
Letra V	4 500\$00	800\$00
O aumento dos 15% foi bom! Para os que ganham bem...		



Pela readmissão imediata de todos os Cantoneiros de limpeza despedidos e suspensos

Como se já não bastasse os trabalhadores de limpeza terem sido obrigados a trabalhar à força da repressão policial e como se não bastasse o Governo ter conseguido derrotar a greve dos cantoneiros pela letra "C" (7 800\$000, veio agora o Tenente-coronel Costa Brás, ministro da Administração Interna mandar para o desemprego 33 cantoneiros, suspendendo mais 9 por algumas semanas ou meses. A repressão e a fúria do Governo vão de vento em pápa, avançam que nem um catrão que pisa e volta a pisar até ficar bem esmagadinho.

Lixar a vida a alguns, para meter medo a todos — eis a política do Governo de Soares frente às lutas dos trabalhadores.

Mas é para salvar-se dessa feroz repressão que agora os cantoneiros punidos deverão organizar-se e, sem nenhum sectarismo, deverão apelar a todos os organismos operários, a todos os trabalhadores, a todos os moradores de Lisboa e a aqueles deputados e advogados de esquerda que se dispõem a lançar ou colaborar na

ma campanha pública (nacional até) através de todos os meios possíveis, a fim de denunciar esse atentado às liberdades democráticas que é a Requisição Civil, e ao direito à greve já alcançado por todos os trabalhadores portugueses.

É nesse sentido que o "Combate Socialista", se solidariza mais uma vez com a determinação dos cantoneiros em prosseguir a sua luta, agora pelo direito ao trabalho.

Os deputados, do PS ao PC e da UDP, não poderão ficar calados e estão a ser contactados pelos cantoneiros para se mexerem em apoio e pela readmissão imediata dos despedidos e suspensos.

Mas a par destes contactos é fundamental o apoio dos restantes trabalhadores da CML que já mais poderão permitir tanta repressão sem uma resposta solidária, pois estão em causa os direitos democráticos para os trabalhadores comaritários. Nesse sentido está prevista a formação de uma Comissão Unitária alargada a toda a CML, de apoio aos despedidos. E

de igual modo, os sindicatos, as federações e a CGTP-IN não poderão ficar indiferentes. Particularmente a CGTP, como Confederação Geral de todos os trabalha-



dores portugueses, tem de ser a mais importante estrutura a mexer-se para garantir o direito ao trabalho e o direito a greve aos cantoneiros de limpeza.

Todas estas actividades passarão pela edição de um autocollante, que servirá de apoio a uma campanha de fundo para todos os cantoneiros proibidos de trabalhar.

Trata-se na verdade, de um problema sério para todo o movimento operário, pois deixando-se passar em claro esta repressão do próprio Governo, é de maneira que o patronato, encorajado assim por esse mesmo Governo, se lançará a pedir a requisição civil em conflitos de trabalho, a despedir "à ganância" e a fazer todo o tipo de arbitrariedades como aquelas que vêm exemplificadas no artigo ao lado.

— TODO O APOIO AOS CANTONEIROS DESPEDIDOS E SUSPENSOS!

— CONTRA O DESEMPREGO, PELO DIREITO AO TRABALHO!

— SOLIDARIEDADE ACTIVA DE TODO O MOVIMENTO SINDICAL PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS, PELA EXIGÊNCIA DE READMISSÃO IMEDIATA DOS CANTONEIROS PUNIDOS!

A requisição civil acabou, a repressão continua!

AOS TRABALHADORES, AO POVO DE LISBOA!

O Ministério da Administração Interna, continua a sua feroz campanha de repressão sobre os cantoneiros de limpeza: depois dos processos disciplinares, acaba de despedir 33 cantoneiros, de suspender 9, de 15 a 90 dias, reintegrando os restantes.

Que democracia é esta? Onde estão as liberdades democráticas alcançadas pelos trabalhadores a 25 de Abril? Onde está o direito à greve quando o Governo decreta a requisição civil sobre os cantoneiros e depois decide a seu belo prazer despedir alguns para assim meter medo, a todos?

Que belo exemplo dá este governo a todos os patrões que estão ansiosos por despedir sem mais nem menos os trabalhadores que lutam pelos mais simples direitos!

O Governo e os jamais de direita que estavam tão preocupados com o amontoar do lixo rejubilam agora com os despedimentos e as suspensões. Será que a administração da Câmara vai obrigar os cantoneiros, que não foram punidos, a trabalharem mais para compensar o trabalho dos despedidos e suspensos?

A nossa greve foi decidida num plenário com cerca de mil cantoneiros de limpeza, a mantida durante 8 dias a 100%. O que o governo agora pretende é isolar alguns colegas como se só estes é que tivessem penalizado. Além disso, que dirão agora aqueles jornais que caluniaram a nossa luta afirmando que "quatro jovens comandaram a operação", que 33 trabalhadores foram despedidos e 9 continuam suspensos?

Que pretende o MAI ao incluir entre os despedidos um grande número de jovens?

— Pretende cavar uma divisão entre novos e velhos, quando uma só divisão deve existir: entre explorados e exploradores.

— Pretende que os trabalhadores e o povo em geral, se desligue da luta e retire o seu apoio.

— Pretende essencialmente dar um exemplo de despedimento

colectivo que a efectuar-se abria a porta a outros, na CML ou noutros locais.

Não o permitiremos!

São tão graves e arbitrarias as penas aplicadas pelo MAI que dois cantoneiros depois de presos pela polícia e absolvidos em tribunal, são agora, com a mesma acusação, punidos com despedimento, pelo ministro Costa Brás; bem como um outro que foi despedido sob acusação de se recusar ao trabalho, quando desde o princípio do mês estava ao serviço militar e portanto nem sequer era trabalhador da CML.

É contra estas injustiças, pelo direito à greve, pelo direito ao trabalho, contra a repressão, pela defesa e avanço das conquistas alcançadas, que apelamos a todos os trabalhadores para que nos sindicatos, no emprego, no bairro, expliquem a nossa situação e exijam que as Comissões de Trabalhadores, de Moradores, de Delegados Sindicais, as direcções dos Sindicatos e a CGTP, apoiem activamente a nossa campanha pela readmissão dos cantoneiros despedidos e suspensos. Que se levante um forte movimento de protesto com moções, abaixo-assinados, apoio monetário, às medidas repressivas do MAI. A requisição civil (e as suas consequências) são um grave atentado às liberdades. Recuar, não lhe dar luta, deixar que ela passe na Câmara é caminho aberto a que o Governo aplique indiscriminadamente, sempre que os trabalhadores entrem em luta pelo pão, contra a exploração a que estão sujeitos.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS, CONTRA AS SUSPENSÕES, PELO DIREITO AO TRABALHO!

SOLIDARIEDADE ACTIVA DE TODOS OS TRABALHADORES PARA COM OS CANTONEIROS DE LIMPEZA!

Comissão de Luta dos Cantoneiros de Limpeza da CML

Biblioteca de Comunicação e Hemeroteca Geral

depois das manifestações do dia 22 Um Governo em profunda crise

UM GOVERNO EM
PROFUNDA CRISE

"O Governo chama a atenção dos trabalhadores para a gravidade do momento que o País atravessa. Não é com manifestações ou pressões de rua que os problemas se podem resolver, mas sim no diálogo e através de negociações.

"O Governo apela por último a todos os trabalhadores para que não permitam que as suas justas aspirações sejam objecto ou instrumento de manipulação de uma minoria organizada em torno de um aparelho sindical, que faz recordar o velho hábito fascista de alguns falarem em nome de todos."

Estas algumas das frases que Maldonado Gonelha, o ministro do Trabalho, escolheu para proferir na Televisão, em vésperas da manifestação de dia 22. O ministro foi a TV para anunciar o rompimento com a CGTP. Para dizer aos trabalhadores que estavam a ser manipulados, que não estavam a defender os seus interesses, que estavam a fazer o jogo da reacção, etc, etc, etc. Só que os trabalhadores não pensam como o sr. Ministro. E no dia seguinte, com as grandiosas manifestações em todo o país e a paralização no Alentejo, o sr. Ministro acabou por receber uma grande lição: é que perdera uma boa ocasião para ficar calado.



É justamente esse Governo do Partido Socialista que se encontra em profunda crise. A manifestação do dia 22, nesse sentido, só veio demonstrar a saturação que a maioria do movimento operário e popular organizado já não deposita confiança no Governo que colocou no poder nas eleições, e, embora não veja nenhuma alternativa clara, está disposto a defender-se da sua política anti-operária.

Já desde a manifestação do 1º de Maio, que Mário Soares mergulhou numa política hesitante e ambígua, criticada pela burguesia, combativa pelos trabalhadores, que tem como tônica a ausência de qualquer plano claro de acção.

Após verificar, depois do 1º de Maio, e de algumas eleições sindicais, o falhanço total da linha sindical Gonelha, o Governo lançou os seus esforços no nego-

mo "Gonelha para a rua", lançadas espontaneamente. Sob o sol do dia 22, enquanto que decorria uma greve da lixo apelidada pelo Governo de "selvagem" e se preparava a repressão policial, algumas semanas depois das car-



A IMPORTANCIA DA MANIFESTAÇÃO DO DIA 22

Como decorreram as manifestações em todo o país, já os nossos leitores puderam saber através das reportagens que publicamos.

Hoje, não restam grandes dúvidas que a posição intransigente do Governo e a intervenção do Gonelha na TV, só vieram dar mais uma ajuda à grande mobilização que se desenvolveu em todo o país. Mas com ou sem discurso da TV, as causas mais profundas da enorme e combativa mobilização, têm que ser procuradas na situação em que a classe operária e os camponeses se encontram: ameaçados a todo o momento pelo galopante aumento do custo de vida, pela repressão policial, pelas medidas anti-operárias do Governo: congelamento salarial materializado no decreto dos 15% e na política das Portarias, as desintervencções, etc.

São essas as razões da gran-

de capacidade de mobilização que a CGTP demonstrou, são essas as razões que o Governo não consegue ver, cego e surdo pelo autoconvencimento da sua política maniqueísta: por todo o lado se vêem manobras, manipulações, desestabilizações, fazer o jogo à reacção, etc. Os interesses dos trabalhadores, esses, parece que foram, pura e simplesmente, esquecidos pelo Governo.

Assim, a manifestação do dia 22 demonstrou que os trabalhadores, como já tinham feito no 1º de Maio, estão dispostos a sair à rua para defender a sua unidade, os seus interesses, as suas conquistas. Mas, mais do que no 1º de Maio, os trabalhadores no 22 não vieram só à rua para defender as suas conquistas. As manifestações exigiram também "Barreto para a rua", segundo as palavras de ordem oficiais, e também "Gonelha para a rua" e mes-



gas da GNR em Mora, os trabalhadores compreenderam que era preciso mais do que opôr uma barreira aos ataques do Governo. Era preciso correr com os responsáveis destes ataques. Era preciso mudar de Governo!

ciação do Pacto Social com a Inter e numa demarcação desesperada da recém formado Convergência Democrática. Hoje, o Governo rompe o diálogo com a Inter e sabe que só com o apoio do PPD/CDS poderá fazer passar na

Empréstimo: prova de

Finalmente, depois de ditos, não ditos, e outros que tais, depois de ordens e contra-ordens, apelos e contra-apelos, vai chegar o famoso empréstimo.

Estados Unidos à cabeça, seguido por Alemanha Federal, Japão, França, Noruega, Suécia, Itália, Suíça, Venezuela, Grã-Bretanha e Holanda, são os países "amigos" que vão conceder o empréstimo de 750 milhões de dólares.

Mário Soares apresentou este empréstimo como uma prova de confiança política dos Estados Unidos e dos países da Europa no Governo Português. Mas se já era extremamente suspeito que o dirigente do principal partido operário português se regozijasse com o facto de o Imperialismo ter confiança no seu Governo, o que é certo é que nem sequer isso é verdade.

Porque se vieram 750 milhões, o que Soares pedira era 1 bilhão e meio. E o prazo de pagamento do empréstimo foi encortado a metade: de 36 meses passaram para 18. Só isto chega para mostrar que, desde há já algum tempo, o Imperialismo começa a desconfiar da capacidade de um Governo - que vê a sua base de apoio a decrescer de dia para dia - poder conter devidamente o ímpeto das massas.

Biblioteca de Comunicação
e Memória Geral
CEDOC

com um bonaparte no horizonte

Assembleia da República leis como a da Reforma Agrária.

É enquanto que esta política hesitante se vai arrastando, é a vazia que se cava por baixo de Mário Soares e a sua equipa. Perdendo aceleradamente a sua base de apoio, o Governo encontra-se neste momento com muitas dificuldades para assinar o "Pacto Social" com os sindicatos: com a CGTP, rompeu o diálogo; e a Carta Aberta, traídas os seus princípios iniciais, não é já mais do que uma sombra.

É esta situação que impede também o Governo de captar a confiança da burguesia. O Empréstimo, apresentada por Soares como uma prova de confiança do Imperialismo, não é mais do que metade do inicialmente previsto, e com um prazo de pagamento igualmente reduzido a metade... Fraca confiança! — É o mínimo que se pode dizer...

Já o PPD e o CDS não poupam os ataques ao Governo, criticando-o como hesitante, inoperante, etc.,... e multiplicando os apelos à sua modificação para um Governo da "maioria presidencial"...

Mas para além do Governo, é o próprio PS que também se encontra em crise. As múltiplas discussões internas que vêm a público, e que culminaram agora com o recente 1.º encontro da Fraternidade Operária, mostram que grandes sectores do PS, (no Encontro estiveram 300 delegados de todo o país) e entre os quais os principais e mais reconhecidos dirigentes sindicais, se encontram contra a actual política governamental.

Enfim, é um Governo em profunda crise, com um faro político que lembraria um rafeiro constipado, e que encara um mo-

vimento operário disposto a enfrentar uma política que não lhe serve.

CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA: A ARTE DE DEIXAR OS FOGUETES E FAZER A FESTA...

No entanto, se o Governo está em crise, a burguesia ainda não se sente com força suficiente para surgir como alternativa. Se há quem diga que Mário Soares foi para Braga para não ver passar a manifestação de dia 22, o PPD e o CDS, esses... devem ter ficado com vontade de se enfiar pelo chão abaixo...

Com efeito, depois da publicidade inicial dada à formação da Convergência Democrática, bem depressa, o próprio PPD começou a minimizar a sua importância. Mesmo porque o Presidente Eanes, que no início deu toda a cobertura ao surgimento da "Convergência", com o seu discurso do 25 de Abril, acabou por atacá-la indirectamente, no 10 de Junho, falando na necessidade de terminar querelas partidárias, para formar um "projecto nacional".

Depressa o PPD e o CDS chegaram à conclusão que não tinham possibilidades de surgir a curto prazo como alternativa governamental e aí... começaram a virar mais os olhos para o seu fracasso da Convergência Democrática acabou mesmo por culminar com as últimas notícias de que haveria uma ala dentro do PPD que advoga o rompimento da Convergência, e uma aproximação do PPD ao PS... Mudam-se os tempos...



TODOS DE OLHAR POSTO NO EANES...

Entretanto, enquanto que o barco governamental se afunda, uma figura se vai reforçando: a figura do General-Presidente Eanes, que de dia para dia, de discurso, de acção em acção, cada vez mais vai surgindo como o candidato a Bonaparte.

A burguesia sabe reconhecer os seus amigos, e sabe que os amigos são para as ocasiões... E como a ocasião agora é de crise, e como ela sabe que não tem ainda força para assumir o Governo, então... pode contar com o seu presidente, que pode, no momento exacto, surgir como a figura que garanta a "unidade nacional", que "salve da crise o país", enfim que, numa manhã de nevoeiro surja como o desejado D. Sebastião...

Há quem diga que o povo português tem muito de sebastianista... Nós, particularmente, não concordamos. Porque para nós, o povo português, os trabalhadores portugueses sabem reconhecer os seus amigos. E sabem que Eanes, por muito "de todos os portugueses" que diga ser, foi e continuará a ser o presidente proposto pelo PPD e o CDS, que é inimigo dos trabalhadores e do socialismo. A sua alternativa será sempre o do PPD e do CDS. Dele, os trabalhadores nada podem esperar!

COM ESTA POLÍTICA NÃO PODE HAVER NEGOCIAÇÕES!

No dia 22, a CGTP fez um das suas maiores mobilizações. Não foi por acaso, como vimos no início deste artigo. Foi porque

os trabalhadores viram a jornada da Inter como uma forma concreta de avançar nas suas lutas, e defender as suas conquistas.

No entanto, o próprio secretariado da Inter, que convocou a manifestação, recusou-se a deixar falar os cantoneiros de limpeza; e a apoiar a sua greve, que já ia no 9.º dia.

Da tribuna, o representante chamou o Governo e outras órgãos do poder à negociação. A referência ao CR e ao Eanes é claro. E, camaradas, isso não pode ser.

Nos próximos dias vão-se jogar importantes dados para o futuro dos trabalhadores. Na Assembleia da República vão-se discutir leis tão importantes como a do controlo operário, Reforma Agrária, etc. Todos sabemos que o PS conta com os votos do PPD e do

CDS para votar estas leis. Enquanto isso, a luta dos metalúrgicos, têxteis, químicos, hotelaria e tantos outros, vai continuar.

A hora é portanto, de luta. Quanto ao diálogo... Já vimos que o diálogo da Inter com o Governo, até este o romper, só foi um diálogo de surdos. Dialogar com o Eanes, como propõem os dirigentes da Inter, levaria ao mesmo caminho. Pois se é o próprio Eanes que, por exemplo, mais tem apoiado a lei da Reforma Agrária do Barreto!

É por isso que dizemos que, dialogar, nestas condições, não levaria a nada. Dialogar, sim camaradas, mas só quando tivermos a certeza que os responsáveis por tanta medida anti-popular, o Ganelho, o Barreto e o Cardia, saíam do Governo e são substituídos por ministros eleitos pelas estruturas do movimento operário, camponês e estudantil. Este será o 1.º passo para conquistarmos outro Governo que substitua este, em que já não confiamos. Um Governo que junte o PS e o PCP, e governe de acordo com a nossa vontade e as nossas necessidades, e contra os ataques do PPD e do CDS, com o seu Eanes.

CAMARADAS:

Estejamos ou não de acordo com isto, há uma coisa com que nos podemos pôr de acordo: é que a manifestação de dia 22 foi um passo em frente para derrotar a direita, para derrotar a política anti-popular do Governo, para levar a nossa frente.

Agora, temos que continuar: que a Inter chame um plenário de todos os sindicatos, CTs e delegados, para discutirmos todos como vamos conquistar os nossos CCTs.

Só assim, depois do dia 22, a luta continuará!

UAB
União dos Amadores da Biblioteca
Comunicação
Biblioteca General
CEDOC

confiança política?

Quanto a dizer-se que o empréstimo não tem condições, isso não de modo nenhum verdade. Se o Consórcio que deu o empréstimo não estabeleceu condições enquanto tal, o que é certo é que essas condições serão negociadas com cada um dos países. E estes próprios contam com o facto de que o Governo pretende contrair um outro empréstimo ao FMI, pedido já o ano passado, e deixam então a esta entidade o poder de controlar directamente o empréstimo, e como tal, a Economia Portuguesa.

Enfim, a anarquia do raciocínio capitalista do Governo é tal que contrai o empréstimo para equilibrar a balança de pagamentos, mas uma das condições impostas é acabar com as restrições às importações — o que irá necessariamente significar um agravamento da Balança Comercial, e como tal, também da do Pagamento... O que significa que depois de um empréstimo terá que vir a ser outro, e outro...

Enfim, é a lógica implacável da submissão ao Imperialismo de um Governo que vai de cedência em cedência... até que a burguesia se sinta forte para o querer comer todo!

A lição da luta da Academia de Coimbra

Saber avançar quando é possível! Saber recuar quando é necessário!

O INICIO DE UM PROCESSO DE LUTA

O ministério do Cardia, a exemplo do que já havia sido feito por outros ministros do Governo PS, decreta a reintegração de professores fascistas saneados democraticamente após o 25 de Abril por manifestas e comprovadas provas de comprometimento com o regime deposto.

Os estudantes, professores e funcionários da escola que os ia receber, a FCTUC, espontaneamente reprovam tal medida e opõem-se à sua entrada.

O ministro Cardia, numa atitude arrogante e provocatória ordena o encerramento da faculdade enquanto esta mantivesse a sua posição de não aceitar os referidos professores.

Mas aqui, com toda a maré a favor, foram uma vez mais a maioria das DAEs de Lisboa e do Porto (afectas à UDP-MES-UEC) que hesitaram, que disseram que não havia condições, que propunham compassos de espera, que adiavam soluções semana após semana, que desmarcaram plênários (no Porto por exemplo), que diziam que era preciso ter cuidado com a direita (quando esta era ultrapassada pelos próprios estudantes das suas faculdades, vid. exemplo de Direito de Lisboa, etc) enfim, foram estas Direcções Associativas que decidiram levar uma luta a conta-gotar (grève de três dias) que desgastaram os estudantes e tornaram irrealizável a greve geral nacional



Os estudantes, mais uma vez, em Assembleia Magna decidem solidarizarem-se com a FCTUC, entrando em greve geral, com o objectivo de reabri-la sem os saneados.

Nas duas magnas posteriores (a última com cerca de 4 000 estudantes) é reafirmada a decisão de greve geral até à reabertura da FCTUC.

O ministro, vendo que a sua medida de encerrar a FCTUC não amedronta nem diminui a mobilização estudantil, procura pela fome e sob a chantagem de perda do ano lectivo fazer retroceder os estudantes de Coimbra, encerrando desta vez as cantinas e toda a Universidade; medida esta jamais posta em prática por governos ditos "democráticos" de toda a Europa capitalista.

O APOGEU DA LUTA E O MOMENTO POSSIVEL DE DERROTAR O CARDIA

Neste momento, não é só a Academia de Coimbra que se defronta com as medidas do MEIC, é a Academia do Porto, onde os estudantes de Psicologia sofrem sucessivas cargas policiais, e em grau menor a Academia de Lisboa com vários problemas.

E foi de Coimbra uma vez mais que as propostas de luta para derrotar as medidas de Cardia apareceram: Greve Geral Nacional das três Academias para reabrir a universidade de Coimbra sem os saneados bem como a satisfação de outros primeiros pontos de um caderno reivindicativo a elaborar.

A Direcção Geral da AAC, proponente de tal proposta, envia delegações suas a Lisboa e Porto com o objectivo de defender tal proposta em RGA e Plênários. A DG da AAC convoca vários ENMAS para coordenar a luta e aprovar as medidas de resposta conjunta de todas as Academias.

Bastava apresentar e defender acerrimamente a proposta saída de Coimbra, já que os estudantes tinham demonstrado com a sua mobilização (5 000 num plenário do Porto e 7 000 num plenário em Lisboa) que era possível pô-la em prática e a derrota do MEIC, e até mesmo a demissão do ministro aplaudida pela direita (não nos esqueçamos da palavra de ordem gritada espontaneamente pelos estudantes: a luta continua, o Cardia para a rua) era iminente.

e que impediram de derrotar o Cardia quando a força e tudo estava ao lado dos estudantes de Coimbra.

O INICIO DE UM LONGO REFLUXO

A partir do momento em que a greve geral nacional não foi concretizada iniciámos um novo processo, este agora de desmobilização progressiva e de isolamento da Academia de Coimbra. Assim, em dos últimos ENMAS limita-se a jornadas culturais (que nunca foram levadas à prática) e os estudantes de Coimbra tiveram de enfrentar um referendo burlo do MEIC. O resultado do referendo (57% a favor do MEIC) se bem que não fosse o que o MEIC esperava, foi reflexo ainda do descrédito em que esta havia caído aos olhos dos estudantes de Coimbra, foi mesmo assim um resultado positivo a favor do ministério, que veio permitir abrir a universidade com os saneados e dar alento à entrada da direita em cena.

No primeiro dia da reabertura da universidade, os estudantes (perto de 5 000) em Assembleia Magna, aprovaram uma proposta da DG da AAC, a mais adequada face ao momento:

Levantar a greve geral, forma de luta impossível de ser levada à prática, aprovar o prolongamento do ano escolar com vista a salvá-lo e organizar piquetes de estudantes que boicotassem as aulas dos saneados impedindo assim que estes entrassem de imediato na universidade

No entanto a desmobilização é de tal modo grave que a preocupação de um ano lectivo perdido apodera-se da totalidade das discussões da Academia e da maioria das RGA e Plênários que se realizam. Os piquetes de boicote são unicamente garantidos pela DG da AAC. A pressão de 35 professores que se solidarizam com os saneados e se recusam a dar aulas obrigam de novo (o que a princípio podia não ser a vontade do MEIC) a que Cardia torne público a possibilidade de encerrar de novo a FCTUC, não reconhece o plano de salvação do ano escolar desta faculdade (quando este havia cedido em relação a todas as outras instituições).

Foi debaixo de todas estas pressões que se realizou a última magna (com 2 500 estudantes).

A SITUAÇÃO ACTUAL

A Direcção Geral da AAC tinha perante esta Assembleia Magna uma pesada responsabilidade. Não só por um lado dar resposta a uma situação de desmobilização, como por outro lado ter que enfrentar-se com todas as outras correntes políticas (agora!) esquerdistas, bem como um sector ultra-esquerdista que está sempre disposto a avançar nem que seja sozinho sem as massas e contra elas.

Assim, a DG da AAC apresenta uma proposta que partindo de considerar o eixo da mobilização actual o salvaguardar o ano escolar e que em relação aos saneados tudo fez para impedir que fossem reintegrados, propôs:

"... Repudiar veementemente a reintegração compulsiva de professores comprometidos com o fascismo e tornar bem claro mais uma vez que são indesejáveis na escola e que a maioria não os aceita no seu seio, mostrando assim, que é no total desprezo da vontade expressa de milhares de estudantes, professores e funcionários que tal reintegração se efectuará."

O MRPP e a UDP (em coro "unitário" pela primeira vez) tudo chamaram nesta magna à DG da AAC e tudo fizeram para a ultrapassar; desde chamarem traidores, serem os substitutos e porta-vozes do PPD e CDS até proporem que estes "fizessem as malas e fossem para casa" e impondo um requerimento para acabar com a discussão quando a DG ia intervir já na parte final da Assembleia.

A DG, unicamente com três intervenções (contra mais de uma dezena de opositores) disse crua e duramente aos estudantes que se havia a alguém que mais pesasse ter que apresentar uma tal proposta era à própria DG da AAC, já que foram estes contra tudo e todos que propuseram o início da greve geral nacional em Coimbra (nesta altura o MRPP, a UDP e a UEC disseram que eraprematuro) que defenderam a greve geral nacional (nesta altura o MRPP, a UDP e a UEC disseram que não havia condições) e que agora apresentavam tal proposta pois a situação

dos estudantes era diferente, o movimento estava recuando e havia que recuar com o movimento para preservá-lo, para que o MEIC não o destruísse de modo a defender o ano escolar e preparar os estudantes para próximas batalhas.

E foi com tal decisão que dos 2 500 estudantes presentes pelo menos 2 000 aprovaram a proposta da DG da AAC isolando por completo aqueles que se faziam de cegos face à situação procurando desesperadamente salvar o "nome da organização."

O BALANÇO DA ACTUAÇÃO DA DG DA AAC

Ao longo deste artigo já o referimos, mas não é de mais voltar a dizer o papel importantíssimo da DG da AAC em todo este processo.

Para a Aliança Socialista da Juventude, se houve alguma direcção estudantil até agora que soubesse ser consequente, essa foi a actual DG da AAC. A DG da AAC, com os estudantes, avançou quando era possível avançar, apresentou e os estudantes aprovaram - as armas que levariam à vitória. E quando todos lhes opuseram (e maioria das DAES que obrigaram a DG a votar sózinha nos ENDAS), a DG recuou quando os estudantes recusaram e apresentou as perspectivas para as novas batalhas que se irão travar.

Deste modo a DG mantém integralmente o crédito dos estudantes de Coimbra, bem como, de certeza, de largos sectores de estudantes de Lisboa e Porto que os ouviram e são a direcção com a qual os estudantes de todo o país pode contar e confiar para fazer parte da direcção das suas próximas lutas (porque elas vão-se continuar a dar).

QUE FAZER?

Ao longo das últimas lutas (incluindo o processo de Coimbra) os estudantes fizeram retroceder, em algumas questões (se bem que poucas), o MEIC de Cardia. Foi em Psicologia de Porto ao aceitar a entrada dos estudantes candidatos ao 1º ano, foi com a homologação dos órgãos de gestão do ISE, foi no secundário em relação aos exames nacionais e foi em Coimbra em relação ao ano escolar (o Cardia no seu discurso tinha dito que não cederia em relação ao prolongamento das aulas).

Se bem que principal processo, o dos saneados não fosse ganho, a lição fundamental que há que tirar é que ainda há muito por lutar, o perigo de encerramento da FCTUC não está de todo afastado, o MEIC não é omnipotente, os estudantes de todo o país devem saber que perder uma batalha não é perder a guerra. Com a aprovação da proposta da DG da AAC na última magna está salvaguardado o movimento estudantil de Coimbra e que se avizinham novas lutas onde af há que procurar, em unidade, não cometer erros em que já se caiu e avançar com a experiência riquíssima que se adquiriu nesta luta.



PROPOSTA APROVADA NA MAGNA DE 4ª FEIRA

Considerando que no actual momento se torna imperioso lutar por planos de salvação dos anos escolares aprovados em RGAs e Plenários e apresentados pelos Conselhos Directivos ao MEIC; e que o plano referente à FCTUC enviado pelo seu Conselho Directivo ainda não teve aprovação ministerial;

Tendo em conta que a Academia de Coimbra para além de ter expressamente manifestado a sua posição inequívoca de não permitir no seu seio professores comprometidos com o fascismo, tudo fez nesse sentido, desde procurar alargar o problema às outras Academias, por cima da generalidade das DDAA, até, procurando fazer integrar as reivindicações estudantis nas reivindicações mais gerais do movimento popular ascendente contra a política governamental igualmente autocritica e de ataque às suas mais elementares conquistas económicas, sociais e políticas.

Considerando que é inadmissível o facto de um reduzido número de professores da FCTUC decidir unilateralmente deixar de cumprir com o seu dever profissional; e que a maioria desses professores nunca mexeu um dedo contra os atropelos e injustiças cometidas antes do 25 de Abril de 1974 e depois dessa data cumpriam sabujamente as decisões dos Plenários o que prova que existe um conluio entre esses professores e o ministro, ultrapassando os próprios órgãos directivos da Escola e, como já é hábito, ultrapassando os estudantes, professores e funcionários, com vista ao encerramento da FCTUC.

Plenamente conscientes de que o problema de reintegração de fascistas saneados das escolas é parte integrante da política governamental de reintegração de fascistas a todos os níveis da sociedade e de que a luta contra essas medidas é longa e difícil, mas que estamos em boa companhia:

estamos com os trabalhadores, estamos com o movimento popular.

OS ESTUDANTES DE COIMBRA REUNIDOS EM ASSEMBLEIA MAGNA NO DIA 29 DE JUNHO DECIDEM:

1- Repudiar veementemente a reintegração compulsiva de professores comprometidos com o fascismo e tornar bem claro mais uma vez que são indesejáveis na escola e que a Academia não os aceita no seu seio, mostrando assim, que é no total desprezo na vontade expressa de milhares de estudantes, professores e funcionários, que tal reintegração se efectua.

2- Exigir que as garantias de aproveitamento de ano escolar incluam os colegas da FCTUC com a imediata aprovação ministerial do plano de recuperação do ano apresentado pelo Conselho Directivo da FCTUC.

3- Marcar uma Assembleia Magna no caso de o aproveitamento do ano escolar não ser salvaguardado igualmente na FCTUC, ou no caso de ser encerrada essa escola para tomar medidas adequadas.

4- Exigir pro parte do MEIC medidas inequívocas com respeito aos "senhores doutores" que individualmete, pois tal atitude não resultou de decisão democrática tomada em reunião geral de docentes da FCTUC, se recusam a cumprir o seu dever profissional de dar aulas, sob pena de se considerar a "legalidade" do MEIC suficientemente elástica para ser contornada quando se convém.

A DIRECÇÃO GERAL DA AAC
29/6/77

RACISTAS FORA DE ÁFRICA!

Na África do Sul, um negro não pode entrar numa cidade sem salvo-conduto. Não pode lá ficar mais de 72 horas, a não ser que tenha contrato de trabalho. A mulher de um operário africano que trabalha na cidade não o pode visitar por um período superior a 72 horas e mesmo assim só com autorização especial.

Se um africano, ou um mestiço, ou um indiano, se senta num parque público em banco reservado aos brancos, comete um CRIME punível até 500 libras, ou prisão até 3 anos, ou 10 CHICOTADAS em público, ou duas dessas penas cumulativamente.

Da totalidade de terras pertencentes aos negros, 87% foram confiscadas para serem concedidas aos brancos que constituem uma minoria da população total. Os 13% de terras "concedidas" aos africanos foram cuidadosamente escolhidas, de maneira a excluir depósitos minerais, portos, facilidades de comunicação e áreas urbanas. São as terras mais pobres, sujeitas a erosão e a desgaste. (in "Apartheid e direitos do homem", editado em Junho de 1977 pela Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral).

A CONFERÊNCIA MUNDIAL

Em Lisboa, entre 16 e 19 de Junho último decorreu uma "Conferência Mundial contra o Apartheid, o Racismo e o Colonialismo na África Austral".

Cerca de 300 delegados, de 35 países e 12 organizações internacionais, entre elas o ONU, e representantes de 5 movimentos de Libertação dão-nos uma ideia da importância da Conferência.

Algumas lágrimas de crocodilo pelos mortos do Suweto, como as do Secretário-Geral da ONU Kurt Waldheim, alguns

discursos ócos como o de José Magalhães Godinho, mas também intervenções claras e duras, especialmente dos representantes do MPLA, da FRELIMO e dos movimentos de libertação da Namíbia, Zimbabwe e África do Sul. N'Komo, dirigente da Frente Patriótica do Zimbabwe afirmou a dada altura: "Não queremos molhos de resoluções, mas sim molhos de armas. Não é que nos alegremos com a guerra mas, tentamos chamar o imperialismo à razão e descobrimos que só a violência o destrói."

Hoje, milhares de jovens pedem-vos que avancem e lhes deem solidariedade."

Independentemente de estarmos ou não de acordo com as posições políticas de Joshua N'Komo cremos estar aqui resumido o essencial da questão. Dirigidos pela SWAPO, pelo ANC ou pela Frente Patriótica, os povos da Namíbia, da África do Sul e do Zimbabwe estão em luta contra os respectivos regimes racistas e colonialistas. A tarefa dos que são realmente contra o colonialismo é de dar apoio material, apoio militar a estes movimentos para que possam enfrentar Vorster, Smith e companhia.

Os outros, os "democratas" imperialistas vão-se ficar pelos discursos "humanitários", pelo "apoio moral", enquanto que pelas costas, como o fazem já a França, a Itália, ou os Estados Unidos continuarão a fornecer armas e material aos regimes racistas.

Nada de mais lógico que o façam, aliás. O racismo, o apartheid, não são um mero problema "humanitário", são a expressão, particularmente criminosa que toma o capitalismo nessas zonas. E os burgueses imperialistas sabem bem que quando as massas se insurgem contra uma forma de dominação, a dinâmica que tomam é de se enfrentarem com a própria dominação em si. Por isso tratam de acautelar os seus interesses. Nós cuidaremos dos nossos, ao lado das massas africanas.

CÉSAR LIMA

Os anátemas de Moscovo

Há alguns tempos atrás, o secretário-geral do PCE Santiago Carrillo, publicou um livro intitulado "Eurocomunismo e Estado", no qual fez algumas considerações sobre a URSS que deixaram um sabor amargo na boca dos burocratas de Moscovo.

Entre outras coisas, Carrillo recupera algumas caracterizações de Trotsky, ao qualificar os dirigentes do partido e do estado soviético de "casta burocrática", e afirmando do estado que "não é, evidentemente, burguês, mas não é tão pouco o proletariado organizado em classe dominante, não é uma autêntica democracia socialista..."

É claro que Carrillo não recupera as concepções de Trotsky: este tomou posição contra a ditadura da burocracia contra-revolucionária em favor da ditadura do proletariado e da Revolução; Carrillo ataca a burocracia e o regime da URSS em nome da democracia parlamentar burguesa. São duas posições bem antagónicas e inconfundíveis.

CARRILLO: "ANTI-SOVIÉTICO CONSCIENTE"...

Os escritores de Moscovo também não confundiram (valha-nos isso!) Carrillo com Trotsky.

Não é de "trotskysta" que acusam o secretário-geral do PCE. "Anti-soviético consciente" — assim foi carimbado Carrillo.

O método mantém-se, contudo, o mesmo: "quem não é por mim é contra mim". É quem é contra mim é "contra-revolucionário", "trotskysta", "agente da CIA", "do fascismo", "anti-soviético consciente", etc., etc. Basta procurar no catálogo a palavra conveniente e lançar o anátema...

SÓ QUE...

Só que o prestígio da URSS como "bastião do socialismo" e dos seus dirigentes como "pais dos povos" decresceu muitíssimo. Brejnev já não pode utilizar, como fez Stalin, o prestígio da União Soviética em seu proveito para afastar e destruir toda a oposição. Não pode fazê-lo porque esse prestígio, esse imenso prestígio de que gozava o Estado Soviético depois da Revolução, foi-se apagando, desvanecendo, ao longo de dezenas de anos de crimes, perseguições e calúnias contra os melhores combatentes do socialismo e da revolução, dezenas de anos de colaboração e capitulação ante a burguesia mundial.

Por tudo isto, a resposta de Moscovo não provocou nenhum

terramoto nem obrigou Carrillo a suicidar-se. Longe disso: não só Carrillo como todo o Comité Central do PCE, entre os quais alguns velhos dirigentes, como a Passonária que ganhou teias de aranha na URSS, ripostaram, reafirmando as teses "eurocomunistas" e assumindo a defesa do seu secretário-geral.

Ao seu protesto juntou-se o do órgão teórico da Liga dos Comunistas Jugoslava que qualificou a atitude dos moscovitas como "uma tentativa de aplicar a prática das relações que datam da época em que a estratégia e a linha política dos partidos eram ditadas a partir de um centro e segundo um modelo válido para todos".

OS PROBLEMAS VÃO CONTINUAR

Esta polémica pública em termos tão duros é já por si bastante significativa. Trata-se da primeira vez, depois da ruptura sino soviética, que um secretário-geral de um PC é tão severamente atacado pelo PC da URSS. Mas não nos parece que tudo vá ficar por aqui. Antes pelo contrário — não passa de um começo.

A revolução avança na Europa e coloca imensas questões

aos partidos comunistas. Eles estão, por um lado, deveras interessados em dar confiança às respectivas burguesias no sentido de que não os vejam como elementos estranhos e incómodos e antes os acolham, confiadamente, em governos de coligação. Por outro lado, o movimento operário, que lhes fornece a força, vai pressioná-los em sentido inverso. Carrillo (e quem diz Carrillo diz Marchais ou Berlinguer) vão ter que fazer concessões a ambas as partes e a muitas divergências e mesmo desacordos completos vão surgir com os burocratas da URSS. É que estes têm interesses próprios a defender e não podem tolerar que os PCs europeus apoiem as respectivas burguesias em questões como a participação na NATO e o reforço desta, que põem em risco a sua própria segurança.

É isto que nos leva a pensar (e a afirmar) que a dança dos anátemas e dos improperios apenas começou. E, se é certo o ditado que diz "zangam-se as comadres sabem-se as verdades", vamos estar muito atentos para ver o que se segue. Vai ser, sem dúvida, muito importante.

UAB CÉSAR LIMA

Biblioteca de Comunicação e Hemeroteca General



Argentina

Saudamos o surgimento de "UNIDAD SOCIALISTA"

Enquanto que a repressão da Junta Militar Argentina se continua a abater sobre o movimento operário e popular os trotskistas argentinos podem orgulhar-se de terem sido os únicos a comemorar o 1º de Maio, organizando, na clandestinidade, encontros regionais e por sectores de trabalho, aos quais assistiram cerca de dois mil militantes e simpatizantes.

Entretanto, no início de Abril, começou a sair regularmente o "Unidad Socialista", jornal do PST na clandestinidade, que veio substituir o anterior "Boletim", também clandestino. Os nossos camaradas calculam que o seu jornal chega a uma periferia de cerca de 20 000 pessoas, numero

que tende a subir.

"Combate Socialista" saúda entusiasticamente a saída regular do "Unidad Socialista" e a luta dos nossos camaradas do PST, à cabeça da resistência operária e popular à Junta de Videla.

Publicamos em seguida o artigo da 1ª página do 1º número de "Unidad Socialista", que faz um balanço da situação em que se encontra o movimento operário e popular argentino, em vésperas do 1º de Maio, e a um ano do golpe militar.

1º DE MAIO

sob o signo de Martinez de Hoz

Infelizmente, o balanço da nossa situação, que neste 1º de Maio coincide praticamente com o 1º aniversário do governo militar que se viu ao poder em 24 de Março, é negativo. Retrocedemos estamos pior do que há um ano atrás.

Este 1º de Maio encontramos suportando uma duríssima ofensiva contra o nosso nível de vida — o mais baixo em trinta anos — com as liberdades e os direitos elementares esmagados, com as nossas organizações sindicais e políticas controladas, sob intervenção ou abolidas, com a Universidade e o Ensino cada vez mais afastadas dos nossos filhos. Os nossos técnicos, artistas, intelectuais e cientistas empobrecidos e sem trabalho, condenados ao êxodo. E encontra quase toda a sociedade aterrorizada, contando os assassinados e desaparecidos esperando pelos presos políticos e sindicais, ou sarando as feridas dos torturados.

Esta duríssima ofensiva não nasce necessariamente das ideias das autoridades governamentais nem das do patronato que a levam a cabo, nem dos programas dos partidos tradicionais, que são de alguma maneira seus cúmplices. Esta duríssima ofensiva contra-revolucionária, que pretende esmagar o movimento operário e amplas camadas populares, nasce da lógica do plano económico de Martinez de Hoz, ao qual Alsogaray chama a defender e aplicar consequentemente. É o plano que aceitou unanimemente, embora com críticas menores, a parte mais numerosa do patronato. É um plano que se baseia no sacrifício do grosso da população. Que tenta solucionar a crise económica com base na super-exploração e o des-

pedimento dos trabalhadores, para manter o enriquecimento das minorias oligárquicas e monopolistas e, secundariamente, do resto do empresariado. E um plano desta natureza só se pode impôr enviando tropas às fábricas e esmagando toda a tentativa de resistência, ou, quando isso não for possível, originando o terror, os sequestros e os assassinatos intimidatórios.

A RESISTÊNCIA

Mas a outra face deste balanço é que começou a resistência operária e popular. Uma primeira manifestação foram as lutas realizadas em Agosto do ano passado, encabeçadas pelas fábricas de automóveis.

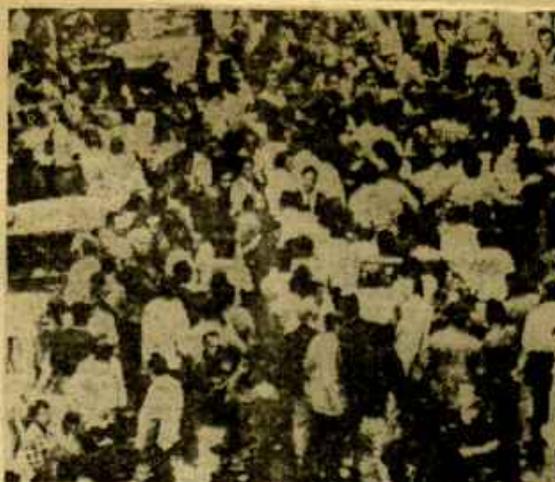
Até ao fim do ano, a luta passou para as mãos dos sectores estatais, principalmente Luzy Furza e Telefonos. Agora, enquanto se mantém na ordem do dia o conflito potencial na área estatal, iniciam-se novamente lutas fabris em quase todas as indústrias. Estas lutas são observadas com simpatia, acompanhadas, não só pelo resto do movimento operário, como também por amplos sectores populares, ainda passivos, mas profundamente descontentes. E também, pelos primeiros indícios de resistência no movimento estudantil.

É que a nossa classe trabalhadora e o nosso povo poderiam aceitar qualquer sacrifício e qualquer plano de nacionalização do monstro infame que é a Administração Pública, e as empresas do Estado, se estivessem a caminho de conseguir uma solução Operária e Popular. Mas o que não pode aceitar, e isso é o que toma a sua luta e a sua resistência uma causa totalmente justa, é que o

seu esforço e sacrifício se imponham autoritariamente, e só contribuam, para o enriquecimento de uns poucos capitalistas, enquanto que a crise se mantém e corre, no futuro, a agravar-se.

Neste panorama negativo e cheio de ameaças podemos, no entanto, acalentar um sã optimismo, porque a incipiente resistência do povo trabalhador, somada à pressão internacional pelos direitos humanos, que é mérito dos nossos irmãos do mundo, está a traçar os limites para além dos quais o Governo militar só muito dificilmente poderá avançar. Essas duas pressões, interna e externa, causam já as primeiras fissuras

za e se estenda, as suas possibilidades de travar a ofensiva e iniciar a resposta, estão ao alcance da mão. Não sabemos quanto tempo levará a irada que sabemos que custará muito esforço. A base para esta, está dada. O próprio almirante Massera, numa reportagem concedida a uma das revistas semi-oficiais que proliferam nesta época em que a liberdade de imprensa se afoga em sangue, acaba de reconhecer que "em termos de consenso, este é agora menor que no 25 de Março de 1976". O comandante da marinha, não pôde deixar de ver a realidade, ainda que se fique por pouco. No fundo, o pensamento do povo trabalhador



na frente de forças que apoiou o golpe militar do 24 de Março. As camadas da classe média que confiaram nele não pode ocultar a sua decepção. A Igreja Católica, outrora pró-golpista, agora reclama pelos presos políticos. O general Larusse denuncia os "fantasmas" que horrorizam o povo e põem em perigo o processo". De modo que o nosso balanço não seria

completo nem preciso se não nos dásemos que, ainda que a ofensiva oficial segue com dureza, o governo debilitou-se e vê-se obrigado a buscar caminhos tangenciais para continuar a sua marcha.

É isto mostra que, na medida em que a resistência se organi-

que lhes retirou ou nunca lhes deu qualquer consenso, ainda que passivamente, alicia outro desejo: que se vão.

A memória das lutas dos 1ºs de Maio, o exemplo combativo que nos estão a dar os trabalhadores do mundo, e a incipiente realidade dos trabalhadores argentinos, fazem-nos crer que no fim se

imporá o seu desejo: farão com que se vão. E não, como parte da classe trabalhadora e das suas lutas, também lutamos e lutaremos pelo socialismo. Esse é o nosso compromisso neste 1º de Maio de 1977.

QUEM É O RESPONSÁVEL PELA SITUAÇÃO?

Entrevista feita pelo Combate Socialista a uma mulher de Cantoneiro durante a Conferência de Imprensa realizada a 28 de Junho de 1977.

CS- Qual a posição das mulheres dos cantoneiros face às medidas do Governo?

R- Não podemos deixar de denunciar e repudiar que num país com um Governo que se diz socialista e "defensor dos trabalhadores" se assista à prisão de trabalhadores honestos que estão em greve, direito consignado na Constituição, não cometem nenhum crime, enquanto que pides, bombistas e ladrões andam à solta e nada lhes acontece. Além de que a situação das celas onde estiveram é uma afronta àqueles que diariamente limpam as nossas ruas. Por outro lado, colocar na mesma cela um trabalhador que luta pelo seu pão e dos seus familiares com marginais e criminosos, e portanto identificá-los com eles, isolá-lo dos seus colegas que também foram presos e considerar para tal os seus antecedentes antifascistas é um insulto e uma ameaça não só aos cantoneiros de limpeza como a todos os trabalhadores e ao povo português.

CS- Porque é que as mulheres dos cantoneiros estão também na luta?

R- Com um salário de 5 900\$00 não conseguimos sustentar os nossos filhos e fazer face ao aumento do custo de vida. A própria Comissão Administrativa da CML já tinha reconhecido a justiça do salário de 7 800\$00 em Novembro de 75 e passado 2 anos o Governo diz ser irresponsável tal salário?

Como é que se diz que não há dinheiro para suportar este aumento? Quando se dá 23 milhões de contos à PSP, GNR FFAA, quando o Conselho da Re-

volução pensa dispendir mais de 4 000 contos em retroactivos a uma "individualidade" do 24 de Abril. Quando se pensa dar 100 000 contos para os

partidos políticos na Assembleia da República. Quando há dinheiro para festas e touradas, quando se indemnizam patrões e fascistas?



CS- Quando é que vão ser julgados os cantoneiros presos?

R- O julgamento dos primeiros presos foi dia 27. Dois deles foram julgados ontem; meu marido e outro. Eles não tiveram argumentos para condenar os cantoneiros. Prenderam-nos simplesmente por denúncia. Nestes casos nem sequer se sabia quem os denunciou e isto foi dito no Tribunal. O argumento que a polícia alegou para os prender foi o de impedir os outros de trabalhar. Tanto um como o outro não fizeram nada disso. E este é o Governo que diz que está ao lado dos trabalhadores e o que faz é a mais dura repressão sobre eles.



AS MULHERES DOS CANTONEIROS TAMBÉM ENTRARAM NA LUTA

Durante 8 dias os cantoneiros de limpeza da CML, estiveram em greve. As suas mulheres, vendo que esta luta também era delas, tentaram organizar-se para lhes dar todo o apoio necessário. As que tinham mais tempo, recolheram moradas nos postos de limpeza e foram falar com outras mulheres em alguns bairros de Lisboa como a Charneca, Bairro do Relógio, Casal Ventoso.

Fizeram várias reuniões. Discutiram sobre o aumento do custo de vida e as dificuldades que todas tinham para governar as suas casas; algumas têm 8 ou 9 filhos.

Como é possível sustentar tanta gente com 5 900\$00?

Algumas têm que viver em barracas, sem água, sem luz e sem esgotos.

Será que os cantoneiros e as suas famílias não têm direito a ter uma casa para viverem?

Estes trabalhadores que passam a vida a mexer no lixo, que fazem um dos trabalhos mais duros, não podem ganhar para sustentar os seus filhos?

As mulheres dos cantoneiros fizeram um comunicado à população denunciando como é a sua vida e respondendo às calúnias do Governo que dizia que era uma luta irresponsável. Deixam uma Conferência de Imprensa onde responsabilizaram o Governo pela situação que se criou. Pois se há dinheiro para se intimidar capitalistas e fascistas, como é que não há 7 800\$00 para um cantoneiro?

O Governo muito falou que era uma luta irresponsável e que o ajuntamento do lixo podia provocar epidemias. Uma mulher com quem falei disse:

"Esta situação a nós também nos preocupa, no entanto o único responsável é o Governo que não se preocupa com a vida diária dos cantoneiros e das suas famílias. Eu vivo numa casa da Câmara onde pago 400\$00, mas a casa não tem condições, não tem esgotos, chove na cozinha, chove nos quartos dos meus filhos, chove como na rua.

Acho que não é com 5 900\$00 que se vive. Eu tenho filhos. As pessoas com outro ordenado podem comprar tudo o que é preciso, nós não podemos. Vemos outras pessoas comprar e temos pena de não poder dar para os nossos filhos".

Penso que é importante que todas as mulheres tenham conhecimento da luta destas mulheres que vêm de dia para dia o dinheiro chegar para menos e já estão fartas de ouvir palavras bonitas mas a sua situação continuar na mesma. Elas pensam continuar a luta por melhores condições de vida.

- SIGAMOS O EXEMPLO DESTAS MULHERES!

- TODO O APOIO À LUTA DOS CANTONEIROS!

UAB
Biblioteca de Comunicação
e Hemeroteca da Universidade
CEDOC



CONTRA A VIOLÊNCIA DO NOSSO DIA A DIA

Vai pela primeira vez a tribunal, desde o 25 de Abril, uma Mulher, por "denúncia de aborto". O artigo 358 do Código Penal Português, a ser novamente aplicado, prevê 2 a 8 anos de prisão.

Contra este artigo criminoso, que nos torna a nós todas, mulheres, eventualmente "criminosas", há que opôr a forte barreira da nossa unidade e impedir que ele volte a ser aplicado.

Já é tempo de dizermos BASTA!

É tempo de recusarmos a submissão, a chantagem, a violência que nos é imposta pela sociedade capitalista, patriarcal e machista.

A violação, a dominação, o espancamento, a impossibilidade de controlo do nosso corpo, da nossa sexualidade, da nossa maternidade por nós próprias, não são fábulas, é a realidade quotidiana de milhares de nós, mulheres, nas ruas, em casa, no trabalho, de dia e de noite.

A sociedade machista fabricou a imagem da mulher como um ser "passivo", "masoquista", inteiramente submisso às iniciativas do homem.

É esta imagem que temos que recusar, fartas de termos de nos sujeitarmos à violência do nosso dia a dia, fartas de ter medo de recusar.

Há quem diga que os "homens" não são eternamente sádicos."

Decidamos. Quanto a nós, recusamo-nos a ser masoquistas!

Nem aborto clandestino,

sujeitas a 2 a 8 anos de prisão,
sujeitas a arriscar a vida,
sujeitas a calúnias;

em casa, sujeitas à prepotência dos nossos maridos,
sujeitas quantas vezes a maltratos,
sujeitas à escravidão das vassouras
e das panelas;



na rua, sujeitas à violação, às "abordagens",
aos "piropos";

no trabalho, sujeitas à repressão do patrão,
sujeitas aos salários de miséria,
sujeitas às tarefas monótonas e
estuprificantes.

De uma vez por todas dizemos:

Não damos o direito aos juristas, aos médicos,
aos padres, para controlar o nosso corpo.

De uma vez por todas,
queremos ser nós a controlar o que nos diz respeito!

TERESA C.

O 1º caso de denúncia de aborto em Tribunal desde o 25 Abril

"AMEAÇOU DENUNCIÁ-LA SE ELA NÃO VOLTASSE"



- Referir que em Portugal mais de 100 000 mulheres abortam anualmente, que a legislação que rege este assunto é hipócrita, desprezando a saúde e a segurança social da mulher, é apenas resumir sumariamente o problema. A sociedade ignora simplesmente o drama individual que cada uma das milhares de Mulheres vive quando sabe que está grávida e não tem condições para ter o filho; é incapaz de compreender as angústias e os traumatismos psíquicos que o facto de recorrer a um aborto clandestino lhes traz.

Nas, para além de arriscar a vida dela é condenada a prisão sempre que esse "crime" é denunciado oficialmente. Actualmente são muito raros os casos de denúncia nos tribunais de Portugal. Chegou-me no entanto ao conhecimento o caso de uma mulher de 23 anos que vai ser julgada brevemente. Foi denunciada pelo seu próprio companheiro, um jornalista, militante de uma organização de esquerda.

Depois de decidirem ambos que queriam ter um filho, e- le, talvez para testar o seu título de proprietário privado, começou a mostrar a sua verdadeira face, tentando levá-la a fazer coisas profundamente aberrantes. Espancava-a a todo o passo. Como ela se encontrava desempregada queria obrigá-la a prostituir-se alegando que não seria ele quem iria passar a sustentar duas pessoas em vez de uma.

Uma vez, em que foram ao cinema ver "História d'O" chicoteou-a, estando ela no segundo mês de gravidez. Passou a mandá-la embora de casa, insultando-a e batendo-lhe em plena rua. Isto são apenas exemplos do que foram dois meses e meio de violência e humilhações.

Que fazer? Seria possível ter um filho em tais circunstâncias? Nos três meses que se seguiram, perseguiu-a, ameaçando denunciá-la, caso ela não voltasse para casa, juntando ao mesmo tempo pedidos de perdão e "promessas de futuros cor-de-rosa"...

Ela recusou-se a voltar para casa e ele denunciou à polícia o aborto.

O artigo 358 do Código Penal Português, de 1886, irá ser mais uma vez aplicado?

Afinal quem são os que estão decididos a lutar contra os irracionlismos e discriminações sociais que continuam vigentes, mesmo depois da Constituição determinar o contrário.

UNB
Biblioteca de Comunicação
-UNA CORRESPONDENTE
General
CEDOC

depois da jornada de dia 22, só com a nossa luta...

A LEI BARRETO NÃO PASSARÁ! A REFORMA AGRÁRIA AVANÇARÁ!

No dia 22 viémos para a rua, em todo o País. No Alentejo os camaradas não se ficaram por fazer manifestações. Foram mais longe: paralizaram o trabalho a partir das 15h; fizeram plenários nas UCPs e manifestaram-se então, exigindo "o Barreto vá para a rua!"

Foi uma grande demonstração da nossa força. Mas, pelos vistos, não chegou ainda para obrigar o Governo a mudar a sua política anti-operária. Ele prefere continuar cego, surto e mudo perante as nossas manifestações, e dar só ouvidos às exigências dos capitalistas, dos latifundiários e agrários. E o melhor exemplo desta atitude do Governo é o discurso do Sr. ministro António Barreto na televisão.

BARRETO AMEAÇA

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas foi à televisão, e começou logo a provocar os trabalhadores. Agora, está muito na moda na linguagem política a designação de "País Real", poder-se-ia dizer que o Sr. Ministro está antes no "País Irreal". Porque o Sr. Ministro não percebeu que os trabalhadores agrícolas do Alentejo não querem a sua política; não querem a sua "nova Reforma Agrária", porque sabem que ela é antes uma contra reforma agrária; e não querem mais o Sr. Ministro no seu posto, antes exigem que vá para a rua!

Tentando desconhecer tudo isto, Barreto começou logo por dizer que "trago-vos numa palavra de certeza; a certeza de que, caso seja aprovado na Assembleia a nova lei da Reforma Agrária, a esperança se transformará em realidade" — e prosseguiu: "a nova Reforma Agrária, vem-se fazendo dia a dia, ao impor a legalidade nos campos, ao respeitar as leis emanadas pelos órgãos competentes e legítimos (...)"'. Muito obrigado, Sr. Ministro! A nova lei é o que o Ministério da Agricultura e Pescas tem vindo a fazer: as devoluções das terras, as cargas da GNR, que o Sr. Ministro considera "patriótica", etc, etc. Mas não era preciso dizer. Nós já sabíamos. E é por isso mesmo que não estamos dispostos a aceitá-la!

O GOVERNO NÃO QUIZ APRENDER A LIÇÃO

Está mais q. e visto que se o Governo não aprendeu a grande lição que todos nós, trabalhadores das cidades e dos campos lhe demos no 1º de Maio, e no 22 de Junho, então é porque ainda não foi suficiente.

Depois do 22, o Governo compreendeu que falaria a cartada de mandar o Gonelha para a TV a tentar desmobilizar-nos. Ainda fez pior! Então, ficou

hesitante. Mas como a Inter entretanto, também ficou à espera, o Governo resolveu dar mais um passo: mandou o Barreto para a TV. E se deu este passo e não outro, não foi por acaso: é que a lei da Reforma Agrária vai ser debatida na Assembleia no dia 18, e o Governo sabe bem que os trabalhadores alentejanos não estão dispostos a aceitá-la. É por isso também, que os Comandos de Jaime Neves se vão deslocar ao Alentejo para fazerem exercícios militares, justamente até dia 17! — a véspera do dia em que vai ser debatida a lei!

"ISTO ASSIM NÃO PODE SER!"

— É o que pensam muitos trabalhadores. E nós no PRT, concordamos com eles. Não podemos deixar o Governo avançar e atrás dele toda a direita.

No dia 22, em todo o país, mostrámos a nossa força. Agora, temos de continuar a luta. E é a CGTP que tem de nos dirigir. Não pode continuar a fazer como nos Metalúrgicos, por exemplo, em que convocou manifestações em todo o país contra a Portaria do Gonelha, e depois acabou por aceitá-la à sucapa. Não pode fazer como na greve dos cantoneiros, em que não mexeu uma palha para os ajudar! Não pode ficar parada à espera que o Governo retome o diálogo, e entretanto ficamos todos de braços cruzados. Não pode ser! Se ficamos de braços cruzados, é como se disséssemos ao Governo: "Avança!".

Por isso, camaradas, nós achamos que devemos desde já preparar as formas de luta para defender a Reforma Agrária, ganhar os CCTs, derrotar o dec. dos 15%, ou seja continuar a luta!

QUE O PLENÁRIO DA CGTP APROVE UM PLANO DE LUTA!

A CGTP convocou um plenário de Sindicatos para dia 16. O PRT considera esse plenário muito importante, e acha que deve desde já ser preparado através de plenários, ou Assembleias de delegados, que discutam as formas de luta para avançar. O PRT propõe também que o Plenário discuta e aprove um Plano de Luta, que chame todos os Sindicatos, CTs e todos os trabalhadores A 1 DIA DE GREVE NACIONAL em defesa da Reforma Agrária, pelos CCTs, contra o decreto dos 15%, e pela demissão imediata do Gonelha e do Barreto. Achamos que esta é a melhor forma de sair do impasse, e de impedir que o Governo tome a ofensiva.

Camaradas:

Depois do dia 22, A LUTA CONTINUA!